



TERMO DE REFERÊNCIA

PROCEDIMENTO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 85/2023

ENQUADRAMENTO NORMATIVO: art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021 e art. 1º do Decreto nº 11.317/2022

Art. 75. É dispensável a licitação: (...)

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras; (...).

Art. 1º Ficam atualizados os valores estabelecidos na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, na forma do Anexo. (...)

Art. 75, caput, inciso II: R\$ 57.208,33 (cinquenta e sete mil duzentos e oito reais e trinta e três centavos)

1. DO OBJETO

- 1.1. Serviço de conserto de cadeiras situadas no edifício do CRCPR em Curitiba, de acordo com as especificações deste Termo de Referência e observado o regime de execução indireta de serviço por empreitada por preço global.

2. DA MOTIVAÇÃO/JUSTIFICATIVA

- 2.1. Atualmente há, no edifício do CRCPR localizado em Curitiba, 31 (trinta e uma) cadeiras que estão distribuídas em espaços situados no terceiro, quarto e quinto andares do prédio, e as quais estão com diversos problemas estruturais que demandam um serviço de conserto, o qual, na hipótese, faz-se necessário para que conselheiros, colaboradores e demais usuários possam valer-se desses bens para realizarem regularmente seus trabalhos e suas reuniões e atividades sem sofrerem lesões, dores e demais desconfortos físicos.
- 2.2. Outrossim, a realização do referido serviço também visa à conservação do patrimônio público do CRCPR, bem como ao atendimento dos princípios da eficiência e da economicidade (art. 5º da Lei nº 14.133/2021), uma vez que tem o condão de evitar um ônus financeiro maior que decorreria da aquisição de novas cadeiras, sendo que as cadeiras já existentes apenas precisam de ajustes pontuais para que cumpram plenamente suas funções sem que provoquem efeitos físicos negativos a seus usuários.
- 2.3. Tanto é assim que, até o atual momento do corrente ano de 2023, este Conselho já promoveu duas contratações similares à solicitada, quais sejam: **1)** a firmada no Procedimento de Dispensa de Licitação nº 47/2023, para o fim de contratação de serviços de revisão geral, conserto, reparo e manutenção, com fornecimento de materiais, para 99 (noventa e nove) cadeiras do auditório do primeiro andar da sede do CRCPR em Curitiba; **2)** a firmada no Procedimento de Dispensa de Licitação nº 54/2023, para o fim de contratação de serviços de revisão geral, conserto, reparo e manutenção, com fornecimento de materiais, para 86 (oitenta e seis) cadeiras e poltronas da Delegacia Regional de Maringá.
- 2.4. Ainda, esclarece-se que a presente solicitação encontra amparo no item nº 42 do Plano Anual de Contratações do CRCPR para 2023, aprovado pela Deliberação CRCPR



nº 65/2022, vez que a contratação visada tem por objetivo o conserto de bens móveis do CRCPR, a fim de que estes sejam mantidos em perfeito estado funcional e estético.

- 2.5. Por fim, informa-se a realização de uma pesquisa prévia dos preços de mercado do serviço requisitado, conforme o art. 23, caput e § 1º da Lei nº 14.133/2021 e a Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021.
- 2.6. Assim, por todas essas razões, justifica-se a contratação do serviço de conserto de cadeiras situadas no edifício do CRCPR em Curitiba.

3. DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

- 3.1. Serviço de conserto de 31 (trinta e uma) cadeiras situadas no edifício do CRCPR em Curitiba, consoante as normas técnicas, laborais e ambientais pertinentes e observada a descrição abaixo (os números são referentes à identificação patrimonial das cadeiras).

3.1.1. Modelo 01 – 25 (vinte e cinco) cadeiras:



- 3.1.1.1. Troca do pistão a gás de 20 (vinte) cadeiras (cadeiras de nº 4349, 4350, 4351, 4352, 4353, 4356, 4357, 4358, 4360, 4361, 4362, 4364, 4365, 4366, 4367, 4415, 4423, 4424, 4427 e 4432);
- 3.1.1.2. Troca do tecido de revestimento do encosto de 01 (uma) cadeira (cadeira nº 4365);

3.1.2. Modelo 02 – 02 (duas) cadeiras:





3.1.2.1. Troca do pistão a gás de 02 (duas) cadeiras (cadeiras de nº 4471 e 4481).

3.1.3. Modelo 03 – 01 (uma) cadeira:



3.1.3.1. Troca do pistão a gás e do revestimento de couro do par de braços de 01 (uma) cadeira (cadeira nº 3719).

3.1.4. Modelo 04 – 02 (duas) cadeiras:



3.1.4.1. Troca do pistão a gás, do par de braços e do tecido de revestimento do assento e do encosto de 02 (duas) cadeiras (cadeiras de nº 4663 e 4665).

3.1.5. Modelo 05 – 01 (uma) cadeira:





- 3.1.5.1. Reforma geral de 01 (uma) cadeira (cadeira nº 2895), com a troca do pistão a gás, do par de braços corsa, das rodinhas (kit rodízio) e do tecido de revestimento do encosto e do assento.
- 3.2. Para fins de referência contratual, a Contratada poderá observar o arquivo que segue em anexo imediato a este Termo de Referência e que contém imagens e descrições complementares das cadeiras.
- 3.3. Ainda que a especificação originária do serviço (disponível no sítio eletrônico do CRCPR¹) tenha abrangido a troca do par de braços de 07 (sete) cadeiras do modelo 01 (cadeiras de nº 4365, 4404, 4421, 4424, 4425, 4434 e 4439), uma vez que os potenciais fornecedores consultados informaram a indisponibilidade desses exemplares no mercado, a referida atividade de troca restará excluída do objeto contratual. A um, porque a troca em comento, embora conveniente e oportuna, não é necessária, visto que inexistem grandes óbices à funcionalidade causados especificamente pelos braços das cadeiras do modelo 01. A dois, porque a substituição dos braços já existentes por outros similares, mas de exemplares distintos, causaria uma assincronia estética notável em relação às demais cadeiras do modelo 01, especialmente quando dispostas na mesma sala.
- 3.4. A realização do serviço pactuado ocorrerá após a competente requisição por parte do CRCPR, observado o período de vigência contratual, e as informações sobre dia, horário e local das atividades atinentes ao conserto das cadeiras serão confirmadas pelo Fiscal de Contrato ou por outro colaborador, conforme o caso.

4. DO PRAZO DE VIGÊNCIA

- 4.1. A presente contratação terá vigência iniciada a partir da assinatura do Contrato Administrativo ou, nos termos do art. 95, inciso I da Lei nº 14.133/2021, de instrumento equivalente, cujo prazo vigorará até a data final do atual exercício financeiro, qual seja, **31/12/2023**.
- 4.1.1. Quando da assinatura do Contrato Administrativo ou instrumento equivalente, deverá ser feita a comprovação das condições exigidas legal e contratualmente, as quais deverão ser mantidas pela Contratada durante todo o prazo de vigência contratual.
- 4.1.2. A assinatura do Contrato Administrativo ou instrumento equivalente será eletrônica, observando-se, no que couber, a Lei nº 14.063/2020 e o Decreto nº 10.543/2020, sendo que, excepcional e justificadamente, poderá ser admitida assinatura física.
- 4.2. Eventual prorrogação do prazo de vigência contratual deverá ser feita mediante termo aditivo próprio e em consonância com as disposições contidas na Lei nº 4.320/1964 e na Lei nº 14.133/2021.

5. DO LOCAL, PRAZO E CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

- 5.1. Em relação ao local da prestação do serviço especificado no item 3 deste Termo de Referência, as atividades atinentes ao conserto das cadeiras serão realizadas total ou parcialmente em dependências adequadas sob responsabilidade da Contratada ou no interior do edifício do CRCPR em Curitiba, situado na Rua XV de Novembro, nº

¹ Disponível em: <https://www3.crcpr.org.br/crcpr/links-uteis/pesquisas-de-preco>.



2987, Alto da XV, CEP 80.045-340, a partir do que restar acordado entre as partes e conforme os custos e a complexidade de cada atividade.

- 5.1.1. Sempre que a prestação do serviço demandar o acesso ao interior do edifício do CRCPR em Curitiba, deverá ser efetuada em dia útil e em observância aos intervalos compreendidos no horário regular de expediente da autarquia para o atendimento ao público externo (das 8:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00), sendo que, excepcional e justificadamente, a Contratada poderá ser devida e previamente comunicada para executar a respectiva atividade em horário diverso, ficando responsável pelo pagamento das verbas trabalhistas cabíveis a seus colaboradores.
- 5.2. O prazo de execução integral do serviço será de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da assinatura do Contrato Administrativo ou instrumento equivalente e observada a competente requisição por parte do CRCPR.
 - 5.2.1. Excepcionalmente, o prazo constante no item 5.2 deste Termo de Referência poderá ser prorrogado por igual período, desde que a Contratada demonstre, de maneira suficiente e por fato superveniente, a impossibilidade de executar integralmente o objeto contratual no prazo inicialmente previsto.
- 5.3. Em conformidade com os arts. 20 e 23 da Lei nº 8.078/1990, bem como com o art. 119 da Lei nº 14.133/2021, caso o serviço seja executado com vícios, a Contratada deverá realizar as medidas saneadoras cabíveis, às suas expensas e sem prejuízo das demais possibilidades legalmente previstas.
- 5.4. A tolerância ou qualquer concessão feita por uma das partes não implica novação, alteração contratual ou renúncia de direitos e deveres, constituindo-se em mera liberalidade e observados os parâmetros legais, sendo que eventuais aditamentos ou mudanças contratuais deverão observar as exigências e os limites presentes na Lei nº 14.133/2021.
- 5.5. Na prestação do serviço, a Contratada deverá cumprir os parâmetros mínimos de qualidade do objeto contratual, segundo as regras de mercado e as exigências contratuais e legais, bem como observar, juntamente com o CRCPR, os deveres decorrentes dos princípios regentes das contratações administrativas, bem como da atuação material e processual da Administração Pública.
- 5.6. Durante a vigência da contratação, as partes deverão observar, no que couber e conforme o caso, a Lei nº 8.249/1992, a Lei nº 12.846/2013, a Lei nº 13.709/2018, seus respectivos códigos de ética ou conduta e as demais normas constitucionais, legais e infralegais que sejam aplicáveis mediata ou imediatamente à relação contratual.

6. DA FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

- 6.1. O objeto contratual e as obrigações dele decorrentes deverão ser fielmente observados pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de seu inadimplemento, seja este total ou parcial.
- 6.2. O CRCPR designará, por meio de portaria, colaborador responsável pelas atribuições correlatas à fiscalização da execução do serviço correspondente ao objeto contratual, incluindo a autorização de pagamento dos documentos de cobrança.



- 6.3. A fiscalização contratual será exercida no interesse do CRCPR e não excluirá nem reduzirá a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades e, na sua ocorrência, não implicará corresponsabilidade do CRCPR ou de seus colaboradores, conforme o art. 120 da Lei nº 14.133/2021.
- 6.4. As comunicações eventualmente necessárias entre o CRCPR e a Contratada deverão ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.5. Não obstante a Contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução integral do serviço contratado, o CRCPR reserva-se o direito de, sem prejuízo dessa responsabilidade, exercer a mais completa e ampla fiscalização sobre a execução do objeto contratual, podendo, no exercício legítimo de suas atribuições fiscalizatórias e de maneira fundamentada, objetar colaboradores ou materiais da Contratada, bem como tomar outras medidas necessárias à prestação integral, efetiva e adequada do serviço.
- 6.6. O CRCPR se reserva o direito de rejeitar, no todo ou em parte, o serviço prestado em desacordo com este Termo de Referência e o Contrato Administrativo ou instrumento equivalente.
- 6.7. Portaria a ser emitida pelo CRCPR poderá alterar os fiscais titular e substituto a qualquer tempo.

7. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DA CONTRATADA

- 7.1. A Contratada será selecionada por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, com fundamento no art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021 e no art. 1º do Decreto nº 11.317/2022.
- 7.2. Previamente à celebração da contratação e com fulcro no art. 72, inciso V da Lei nº 14.133/2021, o CRCPR verificará o cumprimento das condições de habilitação e qualificação exigidas legal e contratualmente, bem como o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção à Contratada que impeça sua participação no certame ou sua futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
 - 7.2.1. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (<https://www3.comprasnet.gov.br/sicaf-web/index.jsf>);
 - 7.2.2. Relação de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União (https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:INIDONEOS&gl=1*1ecvq9u*_ga*Ndc0NjM2NzEzLjE2NzUyNzUxODM.*_ga_8MWK7VDHMQ*MTY4MzIyMDk2Ny4xLjAuMTY4MzIyMDk2Ny4wLjAuMA.);
 - 7.2.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade (https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php), observada a Resolução Conjunta nº 6/2020 do Conselho Nacional de Justiça;
 - 7.2.4. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603245-ceis>), observadas a Lei nº 8.429/1992, a Lei nº 12.846/2013 e a Lei nº 14.133/2021;



7.2.5. Cadastro Nacional de Empresas Punidas (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>), observada a Lei nº 12.846/2013.

7.3. Em sendo a Contratada uma pessoa jurídica, poderá haver a substituição das consultas aos cadastros discriminados entre os itens 7.2.2 e 7.2.5 deste Termo de Referência pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica, disponibilizada pelo Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

7.4. A consulta aos cadastros discriminados no item 7.2 deste Termo de Referência será realizada em nome da Contratada que seja pessoa jurídica e do respectivo sócio majoritário ou titular, por força do art. 12, caput da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as cominações aplicáveis ao responsável por atos de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8. DO VALOR MÉDIO DA CONTRATAÇÃO

8.1. O valor médio para a contratação do objeto especificado no item 3 deste Termo de Referência, segundo pesquisas de preço elaboradas pelo CRCPR, é de **R\$ 4.233,67 (quatro mil, duzentos e trinta e três reais e sessenta e sete centavos)**, conforme a tabela abaixo, que sintetiza as cotações obtidas por este Conselho e informa a média dos preços unitários apresentados pelas empresas P&J Estofamentos², Estofaria Rodiflex³, Mabe Móveis⁴, Fábrica das Cadeiras⁵, Mega Cadeiras⁶ e Renova Cadeiras⁷:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR MÉDIO UNITÁRIO (R\$)	SUBTOTAL (R\$)
1	Troca do pistão a gás - cadeiras do modelo 01	20	112,16	2.243,20
2	Troca do revestimento do encosto - cadeira do modelo 01	1	136,66	136,66
3	Troca do pistão a gás - cadeiras do modelo 02	2	106,33	212,66
4	Troca do pistão a gás e do revestimento de couro do par de braços - cadeira do modelo 03	1	311,66	311,66
5	Troca do pistão a gás, do par de braços e do tecido de revestimento do assento e do encosto - cadeiras do modelo 04	2	404,33	808,66

² P&J COMERCIO E MANUTENCAO ESTOFADOS E CADEIRAS LTDA (CNPJ nº 06.181.294/0001-81).

³ 50.162.157 VANUSA SEPULVEDA OLIVEIRA ROSA (CNPJ nº 50.162.157/0001-91).

⁴ MABE - COMERCIO DE MOVEIS PARA ESCRITORIO LTDA (CNPJ nº 07.481.052/0001-76).

⁵ STYLFLEX COMERCIO DE MOVEIS LTDA (CNPJ nº 22.216.954/0001-79).

⁶ MEGA REFORMA DE CADEIRAS LTDA (CNPJ nº 35.199.347/0001-90).

⁷ JANAINA SCARPARI DAMIELSKI DE AZEVEDO LTDA (CNPJ nº 28.096.836/0001-50).



6	Reforma geral – cadeira do modelo 05	1	520,83	520,83
VALOR MÉDIO TOTAL (R\$)				4.233,67

- 8.2 O valor médio total que consta no item 8.1 deste Termo de Referência resulta da subtração do montante de R\$ 663,81 (seiscentos e sessenta e três reais e oitenta e um centavos), representativo do subtotal relativo ao valor médio unitário da atividade de troca do par de braços de 07 (sete) cadeiras do modelo 01, cuja exclusão do objeto contratual encontra-se justificada no item 3.3 deste Termo.
- 8.3 Cumpre informar que os preços foram pesquisados de acordo com os parâmetros do art. 23, caput e § 1º da Lei nº 14.133/2021 e da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, mediante pesquisa direta com fornecedores, estando o valor médio indicado no item 8.1 deste Termo de Referência abaixo da importância de R\$ 57.208,33 (cinquenta e sete mil, duzentos e oito reais e trinta e três centavos), representativa do limite previsto no art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021, já considerada a atualização promovida pelo art. 1º do Decreto nº 11.317/2022.

9. DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 9.1. O critério adotado para a seleção da Contratada será o de **menor preço global**, sendo o mais vantajoso para o CRCPR, considerando o menor dispêndio a partir dos custos diretos e indiretos da prestação integral do serviço, bem como os princípios da eficiência, celeridade e economicidade, consoante o disposto no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.
- 9.1.1. Com base nas razões mencionadas no item 9.1 deste Termo de Referência, e em atenção ao teor da Súmula nº 247 do Tribunal de Contas da União, interpretada *a contrario sensu*, tem-se que, no caso concreto, a adoção do critério de menor preço unitário, não obstante tenha sido empregada para a mensuração do valor médio do serviço, traria prejuízos à economia de escala e à razoável duração do processo administrativo de contratação, pois implicaria tanto em contratações isoladas (e, portanto, com mais demora) para a manutenção de cadeiras que, embora sejam esteticamente distintas entre si, possuem a mesma funcionalidade, quanto em contratações mais caras, dada a probabilidade de aumento do preço unitário de cada item se fornecido isoladamente, considerada a relação entre custo e benefício projetada pela empresa fornecedora.
- 9.2. Todos os custos com encargos, insumos, mão de obra, transporte e outras obrigações decorrentes da prestação do serviço correrão por conta da Contratada, razão pela qual deverão estar contemplados no preço proposto.
- 9.3. O valor a ser pago pela prestação integral do serviço, conforme a especificação do item 3 e à empresa qualificada no item 15 deste Termo de Referência (Estofaria Rodiflex), será o montante de **R\$ 3.381,00 (três mil, trezentos e oitenta e um reais)**, resultante do preço global indicado na respectiva proposta comercial, já considerada a subtração do montante relativo à atividade de troca do par de braços de 07 (sete) cadeiras do modelo 01.
- 9.4. O valor acordado entre as partes será nominal, fixo e irrevogável, não comportando qualquer variação durante o prazo de vigência da contratação, salvo em hipóteses previstas legal ou contratualmente.



10. DA CONTRATAÇÃO

10.1. A contratação será feita com a empresa qualificada no item 15 deste Termo de Referência e que, observadas as exigências legais e contratuais, ofereceu o menor preço global pela prestação integral do serviço discriminado no item 3, devendo apresentar, ainda, os seguintes documentos, sem prejuízo de outros que sejam reputados como importantes e que sejam justificadamente exigidos pelo CRCPR:

10.1.1. Proposta comercial;

10.1.2. Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), emitido pela Receita Federal do Brasil (https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/servicos/cnpjreva/cnpjreva_solicitacao.asp);

10.1.3. Contrato social ou outro ato constitutivo da pessoa jurídica, devidamente atualizado;

10.1.4. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Federal, por meio de Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Receita Federal do Brasil (<https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/servicos/certidaointernet/pj/emitir>);

10.1.5. Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), por meio de Certidão de Regularidade do FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal (<https://consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf>), ressalvado o disposto no art. 18-A, § 13, inciso III da Lei Complementar nº 123/2006 e no art. 108, inciso III da Resolução CGSN nº 140/2018, caso a Contratada enquadre-se na categoria empresarial de Microempendedor Individual (MEI);

10.1.6. Prova de adimplemento perante a Justiça do Trabalho, por meio de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho (<https://www.tst.jus.br/certidao1>);

10.1.7. Declaração de enquadramento em alguma das categorias empresariais previstas na Lei Complementar nº 123/2006, se for optante pelo Simples Nacional;

10.1.8. Documento idôneo e hábil a demonstrar suficientemente que a Contratada possui experiência prática na execução de serviços semelhantes ao abrangido pelo objeto da presente contratação, em face da exigência de qualificação técnico-operacional extraível do art. 37, inciso XXI da Constituição Federal e do art. 67, § 3º da Lei nº 14.133/2021.

10.2. Não serão aceitos documentos de habilitação com divergência de CNPJ, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.3. Se a Contratada for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, ao passo que, se a Contratada for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.



- 10.4. Serão aceitos registros de CNPJ de matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes à Certidão de Regularidade do FGTS, bem como à Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, quando for comprovada a centralização dos respectivos recolhimentos.

11. DO PAGAMENTO

- 11.1. Em conformidade com o art. 145, caput da Lei nº 14.133/2021 e o art. 7º, §§ 2º e 3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022, o pagamento será realizado diretamente à Contratada mediante parcela única, correspondente ao preço global da contratação, em até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento e o aceite dos documentos de cobrança pelo CRCPR, desde que de acordo com as previsões legais e contratuais e ressalvada a possibilidade excepcional e justificada de prorrogação desse prazo por igual período, quando for constatada a necessidade de diligências para a aferição do atendimento às exigências contratuais.
- 11.2. O pagamento será efetivado por meio de sistema eletrônico, à ordem da Contratada, em banco, agência e conta designados, ou por meio de ordem bancária para pagamento de fatura com código de barras, não podendo ser impostas quaisquer espécies de multa moratória ou juros moratórios por demora de até 03 (três) dias úteis que ultrapassem a data de vencimento, após a data da referida ordem bancária, se esta for emitida tempestivamente.
- 11.3. O pagamento, mediante emissão de qualquer ordem bancária, será realizado desde que a Contratada efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias, quando cabíveis.
- 11.4. Os documentos de cobrança, emitidos tempestiva e regularmente pela Contratada conforme as normas aplicáveis, na forma de nota fiscal/fatura e com o número obrigatório de inscrição no CNPJ constante nos documentos de habilitação, deverão ser apresentados juntamente com as certidões de regularidade perante a Fazenda Federal, o FGTS e a Justiça do Trabalho, bem como com o comprovante de enquadramento no Simples Nacional, conforme o caso, devendo a referida documentação ser enviada ao endereço de e-mail gestaodecontratos@crcpr.org.br.
- 11.5. A critério do CRCPR, o valor contratualmente devido poderá ser utilizado para cobrir dívidas de responsabilidade da Contratada, relativas a multas aplicadas em decorrência de execução contratual irregular ou ao ressarcimento de eventuais danos ocasionados e assumidos pela Contratada.
- 11.6. O eventual atraso de pagamento, por culpa do CRCPR, gera à Contratada o direito à atualização financeira desde a data final do período de adimplemento até a data do efetivo pagamento, tendo como base a taxa que estiver em vigor para o pagamento em mora de impostos devidos à Fazenda Federal, pro rata die, de forma não composta, devendo os cálculos dos encargos de cada mês ser feitos utilizando-se a taxa do mês anterior ao da apuração desses encargos, em conformidade com o art. 406 da Lei nº 10.406/2002.
- 11.7. Nos documentos de cobrança devem constar, conforme o caso, quando aplicáveis e sob responsabilidade de destaque da Contratada, as alíquotas de ISSQN e de retenção de IRPJ, CSLL, Cofins e Contribuição para o PIS/Pasep, compatíveis com o objeto contratual, bem como o valor líquido a ser pago após o desconto das retenções na fonte, conforme a Instrução Normativa RFB nº 1234/2012.



- 11.8. Não haverá a retenção prevista no item 11.7 deste Termo de Referência caso a Contratada se enquadre no Simples Nacional, disciplinado pela Lei Complementar nº 123/2006, ou se encontre em uma das situações elencadas na Instrução Normativa RFB nº 1234/2012.
- 11.9. Incumbe à Contratada a apresentação de declaração de isenção ou imunidade tributária, conforme o caso.
- 11.10. Havendo erro nos documentos de cobrança ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará com o pagamento pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, nesse caso, qualquer ônus ao CRCPR.

12. DAS OBRIGAÇÕES DO CRCPR

- 12.1. Além dos deveres resultantes das normas constitucionais, legais e infralegais aplicáveis à presente contratação, são obrigações do CRCPR:
- 12.1.1. Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela Contratada e todas as providências necessárias ao bom andamento da execução do objeto contratual, de acordo com as disposições legais e os instrumentos e documentos integrantes do processo administrativo de contratação;
 - 12.1.2. Proceder ao devido atesto de execução do objeto contratual, com as ressalvas que se fizerem necessárias, ou rejeitar, no todo ou em parte, o serviço executado em desacordo com as respectivas especificações e normas legais e contratuais;
 - 12.1.3. Exercer as atribuições correlatas à fiscalização da execução do serviço correspondente ao objeto contratual, incluindo a documentação das ocorrências havidas, por meio de colaborador especialmente designado para esses fins fiscalizatórios;
 - 12.1.4. Proporcionar à Contratada todas as facilidades necessárias para o regular desempenho de suas obrigações dentro dos prazos e das condições aplicáveis à presente contratação, inclusive mediante a prestação de informações e esclarecimentos sobre o objeto contratual e sua vigência;
 - 12.1.5. Permitir, às suas dependências e quando necessário, o acesso dos colaboradores da Contratada para a execução do serviço correspondente ao objeto contratual;
 - 12.1.6. Efetuar o pagamento do valor devido à Contratada, conforme os prazos e as condições aplicáveis à relação contratual entre as partes;
 - 12.1.7. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos ao período de vigência e execução do objeto contratual, em especial, quando da eventual aplicação de sanções ou de alterações e repactuações contratuais;
 - 12.1.8. Apurar e aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias e conforme o devido processo legal;
 - 12.1.9. Notificar a Contratada, por escrito e logo após a ciência do fato respectivo, sobre a constatação de quaisquer vícios verificados na prestação do serviço, a fim de que sejam adotadas as medidas saneadoras cabíveis;



- 12.1.10. Receber o serviço se este, mediante uma análise perfunctória, for reputado como adequado às exigências legais e contratuais, ou, em caso de não recebimento, indicar expressamente as razões da recusa;
- 12.1.11. Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro da contratação que sejam feitos pela Contratada, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data do pedido;
- 12.1.12. Observar, durante toda a vigência da contratação, os critérios de sustentabilidade definidos no item 14 deste Termo de Referência.

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1. A Contratada, além de cumprir os parâmetros mínimos de qualidade do objeto contratual, segundo as regras de mercado e as exigências contratuais e legais, bem como de observar os deveres decorrentes das normas aplicáveis à presente contratação, obriga-se a:

- 13.1.1. Responsabilizar-se integralmente pela execução do objeto contratual, nos termos da legislação vigente e conforme as especificações constantes na proposta comercial, neste Termo de Referência e no Contrato Administrativo ou na Autorização de Prestação de Serviço atinentes à presente contratação, acatando as respectivas disposições, inclusive quanto aos prazos previstos e às obrigações assumidas;
- 13.1.2. Observar as normas direta ou indiretamente aplicáveis ao objeto contratual, inclusive as de caráter técnico e ambiental, conforme o caso, e aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho, devendo, sem prejuízo de outras obrigações, providenciar os equipamentos de proteção individual cabíveis a seus colaboradores, quando necessários;
- 13.1.3. Valer-se de material adequado e mão de obra especializada para a prestação do serviço pactuado em todas as fases da contratação e efetuar-lo sem turbações ao regular funcionamento do CRCPR;
- 13.1.4. Manter, durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na apresentação da proposta comercial e na assinatura do Contrato Administrativo ou da Autorização de Prestação de Serviço;
- 13.1.5. Emitir os documentos de cobrança tempestiva e regularmente, conforme as normas aplicáveis e as disposições contratuais, e encaminhá-los juntamente com a documentação relativa à regularidade fiscal, social e trabalhista, bem como com outros documentos que venham a ser justificadamente exigidos;
- 13.1.6. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, reabilitado da Previdência Social ou aprendiz, em atenção ao art. 116 da Lei nº 14.133/2021;
- 13.1.7. Levar imediatamente e por escrito ao conhecimento do CRCPR, para a adoção das medidas cabíveis, qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a vigência contratual, inclusive no que diz respeito à impossibilidade de cumprimento dos prazos inicialmente previstos;



- 13.1.8. Arcar com todos os custos necessários à execução do objeto contratual, incluindo os relativos a encargos, insumos, mão de obra, transporte e materiais, devendo empregar itens seguros, em perfeitas condições de uso e em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas;
- 13.1.9. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e de qualquer outra natureza que incidam sobre o serviço correspondente ao objeto contratual, inclusive por eventuais indenizações advindas de ações propostas por seus colaboradores, não havendo, entre estes e o CRCPR, qualquer vínculo trabalhista ou previdenciário;
- 13.1.10. Informar, previamente e para o fim de controle de acesso interno, a relação de seus colaboradores que necessitem ingressar ou permanecer nas dependências do CRCPR em decorrência da prestação do serviço;
- 13.1.11. Responsabilizar-se por quaisquer ocorrências oriundas de acidentes que possam vitimar seus colaboradores ou terceiros nas dependências do CRCPR, quando do desempenho do serviço correspondente ao objeto contratual, ou em conexão com este, devendo adotar todas as providências exigidas na legislação em vigor, inclusive quanto a eventuais seguros;
- 13.1.12. Repor, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, após a devida comprovação de responsabilidade, qualquer objeto do CRCPR ou de terceiros que seja eventualmente danificado ou extraviado por seus colaboradores, em situação relacionada à execução do objeto contratual;
- 13.1.13. Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos eventualmente causados por seus colaboradores ao patrimônio do CRCPR ou de terceiros, dolosa ou culposamente, direta ou indiretamente e em decorrência da execução do objeto contratual;
- 13.1.14. Substituir, imediatamente e após comunicação fundamentada, qualquer de seus colaboradores que seja reputado como desobediente à ordem e às normas internas do CRCPR, ou cuja capacidade técnica seja considerada insuficiente para a prestação integral, efetiva e adequada do serviço;
- 13.1.15. Responsabilizar-se por quaisquer vícios e danos decorrentes da execução do objeto contratual, de acordo com a Lei nº 8.078/1990 e a Lei nº 14.133/2021, ficando o CRCPR autorizado a descontar, da garantia ou do pagamento devido à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos e devidamente demonstrados;
- 13.1.16. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do objeto contratual;
- 13.1.17. Prestar o serviço em conformidade com as especificações descritas na proposta comercial, neste Termo de Referência e no Contrato Administrativo ou na Autorização de Prestação de Serviço, responsabilizando-se, às suas expensas, pelas medidas saneadoras eventualmente cabíveis, sem prejuízo das demais possibilidades legalmente previstas para a consecução do adequado e efetivo adimplemento de suas obrigações;
- 13.1.18. Observar, durante toda a vigência da contratação, os critérios de sustentabilidade definidos no item 14 deste Termo de Referência;



- 13.1.19. Emitir, caso o conserto não seja possível ou haja a identificação de outras avarias nas cadeiras, laudo técnico detalhado, no qual constem as razões da impossibilidade do conserto ou a discriminação das avarias constatadas.

14. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

14.1. Considerando a necessidade de observância do princípio da sustentabilidade nas contratações administrativas, com fulcro na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010 e no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, a presente contratação deverá, no que for possível, atender ao vigente Plano de Logística Sustentável do CRCPR (instituído pela Resolução CRCPR nº 812/2019), bem como observar, no que couber, a Lei nº 6.938/1981 (Política Nacional do Meio Ambiente, regulamentada pelo Decreto nº 99.274/1990) e as demais normas técnicas e ambientais que se mostrarem cabíveis.

14.2. A Contratada deverá comprovar, por meios idôneos, a procedência lícita e a integridade dos materiais e da mão de obra empregados para a execução do serviço contratado, incluindo a observância da legislação ambiental e laboral mediata ou imediatamente aplicável à presente contratação.

15. DA PRESTADORA DO SERVIÇO

50.162.157 VANUSA SEPULVEDA OLIVEIRA ROSA

“Estofaria Rodiflex”

CNPJ nº 50.162.157/0001-91

Rua Rio Cachoeira, nº 279, Fundos

Weissopolis

CEP 83.322-260

Pinhais – PR

Telefone para contato: (41) 98756-3256

Endereço de e-mail para contato: sp.va.rosa@gmail.com

16. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. As despesas com o objeto deste Termo de Referência serão custeadas pelo Orçamento Geral do CRCPR para o ano de 2023 (aprovado pela Resolução CRCPR nº 845/2022), através do Projeto Orçamentário nº 5008 (“Modernização e manutenção da estrutura física”), por meio da Conta nº 6.3.1.3.02.01.029 (“Manutenção e conservação dos bens móveis”).

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. A Contratada cometerá infração administrativa se incorrer em qualquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021.

17.2. Se cometer as infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, a Contratada estará sujeita às seguintes sanções, sem prejuízo de eventual responsabilidade civil ou criminal que venha a ser apurada em ação judicial própria:

17.2.1. Advertência por escrito, na hipótese em que a Contratada der causa à inexecução parcial das obrigações contratuais sem causar grave dano ao CRCPR, ao funcionamento do serviço público ou ao interesse coletivo, não se justificando, pois, a imposição de sanção mais grave;

17.2.2. Multa, por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, conforme os seguintes parâmetros:





- a) De 01% (um por cento) sobre o valor total atualizado da contratação, por dia de atraso no cumprimento das obrigações contratuais, limitada sua incidência a 05 (cinco) dias;
- b) De 10% (dez por cento) sobre o valor total atualizado da contratação, em caso de inexecução parcial ou atraso no cumprimento das obrigações contratuais por período superior ao previsto na alínea anterior, limitada sua incidência a 15 (quinze) dias;
- c) De 15% (quinze por cento) sobre o valor total atualizado da contratação, em caso de inexecução total ou atraso no cumprimento das obrigações contratuais por período superior ao previsto na alínea anterior, não estando prejudicada a adoção dos procedimentos necessários para a devolução do montante pago à Contratada, conforme o caso. Após o décimo quinto dia de atraso e a critério do CRCPR, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total das obrigações contratuais, sem prejuízo da extinção unilateral da avença.

17.2.3. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União pelo prazo de até 03 (três) anos e descredenciamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores por igual período, se houver a prática das infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, e quando não se justificar a imposição de sanção mais grave;

17.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em razão das infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, bem como pela prática das condutas apenáveis com a sanção prevista no item 17.2.3 deste Termo de Referência, quando as circunstâncias do caso concreto justificarem a aplicação de sanção mais grave, a ser precedida de análise jurídica e aplicada exclusivamente pelo Presidente em exercício do CRCPR, sendo extensível à Administração Pública Direta e Indireta de todos os Entes Federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três anos) e máximo de 06 (seis) anos.

17.3. A autoridade competente, na aplicação das sanções, observará os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, bem como considerará a infração em sua natureza e gravidade, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes e atenuantes, os antecedentes do agente, as funções punitiva e pedagógica da sanção, os danos eventualmente causados ao CRCPR e a implantação ou aprimoração de programa de integridade consentâneo com normas e orientações provenientes dos órgãos de controle.

17.4. A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste Termo de Referência.

17.5. O valor da multa eventualmente aplicada deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias, contados da data de notificação da Contratada, em qualquer agência bancária integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pelo CRCPR.

17.5.1. Se o valor da multa não for pago ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada tiver direito e, em caso de inexistência ou insuficiência de crédito, o valor devido será abatido da garantia da execução, caso existente, sem prejuízo da cobrança do valor complementar de forma administrativa ou judicial, caso a garantia da execução seja inexistente ou insuficiente.



- 17.6. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos eventualmente causados ao CRCPR.
- 17.7. A apuração, o julgamento e a aplicação de qualquer das sanções previstas neste Termo de Referência serão realizados em processo administrativo que assegurará o direito ao contraditório e à ampla defesa, mediante a observância do procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021 e, subsidiariamente, do procedimento disciplinado na Lei nº 9.784/1999, sendo facultada a defesa prévia da Contratada no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data de recebimento da respectiva notificação, sem prejuízo das demais oportunidades de defesa legalmente previstas.
- 17.8. Se, durante o processo administrativo para a apuração, o julgamento e a aplicação de sanções à Contratada, forem constatados indícios suficientes e idôneos de prática das infrações tipificadas na Lei nº 12.846/2013 como atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, cópias documentais necessárias à verificação de responsabilidade administrativa da pessoa jurídica envolvida deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho motivado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou de processo de responsabilização.
- 17.8.1. Seguirão seu rito normal, no órgão administrativo competente do CRCPR, a apuração e o julgamento das demais infrações administrativas, quais sejam, aquelas não consideradas como atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, nos termos da Lei nº 12.846/2013.
- 17.8.2. O curso de eventual processo administrativo de responsabilização não interfere no seguimento regular nos processos administrativos específicos para a apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

18. DA GARANTIA

- 18.1. A Contratada deverá atentar ao prazo legal de 90 (noventa) dias previsto no art. 26, inciso II da Lei nº 8.078/1990, contados a partir do término da vigência contratual, observadas as causas obstativas previstas no § 2º e sem prejuízo do prazo a fluir em caso de evidenciação de vício oculto, nos termos do § 3º.
- 18.2. Além do previsto no art. 119 da Lei nº 14.133/2021, a garantia será prestada mediante a realização de todos os procedimentos necessários à preservação da integridade, da segurança e da adequada funcionalidade do serviço integrante do objeto contratual, sem qualquer ônus ou custo adicional para o CRCPR.

19. DA MATRIZ DE RISCOS

- 19.1. A Contratada responderá pelos riscos contratuais previstos e presumíveis do objeto da contratação, bem como por aqueles dispostos na matriz de riscos deste item, responsabilizando-se pelos danos a que der causa, em caso de inobservância das obrigações e ações a seu encargo, sem prejuízo da apuração de eventual responsabilidade concorrente ou exclusiva do CRCPR.

RISCO 01 – INEXECUÇÃO CONTRATUAL	
Probabilidade:	() Baixa (X) Média () Alta



Impacto:		() Baixo (X) Médio () Alto
Id	Dano	
1.	Não efetuar a prestação do serviço pretendido, frustrando as necessidades de manutenção das cadeiras avariadas em perfeito estado funcional e estético, de conservação do patrimônio público do CRCPR e de realização dos trabalhos e das atividades e reuniões sem que conselheiros, colaboradores e demais usuários estejam expostos a lesões, dores e demais desconfortos físicos.	
Id	Ação Preventiva	Responsável
1.	Orientar a Contratada acerca das sanções administrativas decorrentes da inexecução contratual.	Contratante
2.	Prestar as informações necessárias ao regular adimplemento contratual.	Contratante
3.	Observar os prazos e as condições da contratação, conforme o Termo de Referência.	Contratada
Id	Ação de Contingência	Responsável
1.	Notificar a Contratada e aplicar as sanções administrativas previstas contratualmente.	Contratante

RISCO 02 – EXECUÇÃO INADEQUADA DO OBJETO CONTRATUAL

Probabilidade:		() Baixa (X) Média () Alta
Impacto:		() Baixo (X) Médio () Alto
Id	Dano	
1.	Objeto contratual executado em desacordo com as especificações contidas no Termo de Referência e na proposta comercial.	
2.	Execução do objeto contratual em qualidade abaixo do estipulado, não cumprindo os objetivos propostos pela contratação e comprometendo a funcionalidade contratualmente esperada.	
Id	Ação Preventiva	Responsável
1.	Informar a Contratada quanto às obrigações disciplinadas contratualmente e às irregularidades na execução do objeto contratual.	Contratante
2.	Acompanhar a execução do objeto contratual, informando a Contratada sobre as condições e peculiaridades da contratação, com vista ao cumprimento adequado das obrigações contratuais.	Contratante
3.	Observar, durante a execução do objeto contratual, as especificações contidas na proposta comercial e no Termo de Referência.	Contratada
Id	Ação de Contingência	Responsável
1.	Notificar a Contratada e aplicar as sanções administrativas previstas contratualmente.	Contratante

RISCO 03 – EMISSÃO INTEMPESTIVA DOS DOCUMENTOS DE COBRANÇA

Probabilidade:		() Baixa (X) Média () Alta
Impacto:		() Baixo (X) Médio () Alto
Id	Dano	



1.	Não reconhecimento da despesa no período de competência.	
2.	Pagamento de multa à Receita Federal do Brasil, conforme a Instrução Normativa RFB nº 2110/2022.	
Id	Ação Preventiva	Responsável
1.	Estabelecer no Termo de Referência as condições de pagamento e as obrigações da Contratada relativamente à emissão tempestiva dos documentos de cobrança.	Contratante
2.	Observar os prazos e as condições previstas legal e contratualmente para o pagamento e a emissão tempestiva dos documentos de cobrança.	Contratada
Id	Ação de Contingência	Responsável
1.	Notificar a Contratada e aplicar as sanções administrativas previstas contratualmente.	Contratante
2.	Realizar o pagamento de multa decorrente da emissão intempestiva dos documentos de cobrança.	Contratada

RISCO 04 – EMISSÃO DE DOCUMENTOS DE COBRANÇA EM DESACORDO COM AS PREVISÕES CONTRATUAIS OU COM A INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1234/2012

Probabilidade:	() Baixa (X) Média () Alta	
Impacto:	() Baixo (X) Médio () Alto	
Id	Dano	
1.	Ausência de reconhecimento e de pagamento do valor apresentado.	
2.	Descumprimento das previsões contratuais.	
Id	Ação Preventiva	Responsável
1.	Informar a Contratada acerca da emissão correta dos documentos de cobrança.	Contratante
2.	Atender às disposições contratuais e àquelas previstas na Instrução Normativa RFB nº 1234/2012 para a elaboração da nota fiscal/fatura.	Contratada
Id	Ação de Contingência	Responsável
1.	Notificar a Contratada e aplicar as sanções administrativas cabíveis em caso de não regularização.	Contratante

RISCO 05 – NÃO MANTER AS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO DURANTE TODA A EXECUÇÃO CONTRATUAL

Probabilidade:	() Baixa (X) Média () Alta	
Impacto:	() Baixo (X) Médio () Alto	
Id	Dano	
1.	Suspensão da execução do objeto contratual.	
2.	Descumprimento contratual e comprometimento da regular execução contratual.	
Id	Ação Preventiva	Responsável



1.	Verificar a documentação relativa à regularidade fiscal, social e trabalhista, nos termos do art. 68 da Lei nº 14.133/2021, ao menos antes de efetuar cada pagamento.	Contratante
2.	Encaminhar, juntamente com os documentos de cobrança, a documentação relativa à regularidade fiscal, social e trabalhista, bem como outros documentos que venham a ser justificadamente exigidos, conforme as previsões contidas no Termo de Referência.	Contratada
Id	Ação de Contingência	Responsável
1.	Notificar a Contratada acerca do descumprimento contratual e abrir prazo para a regularização.	Contratante
2.	Em caso de não regularização pela Contratada, aplicar as sanções administrativas cabíveis e rescindir a contratação.	Contratante

Curitiba, data da assinatura eletrônica.

MAURICIO OSTROWSKI JUNIOR
Gerente Operacional

SALA DA PLENÁRIA (5º ANDAR): 10 CADEIRAS



- CADEIRA Nº 4365: TROCAR O PISTÃO A GÁS, O TECIDO DE REVESTIMENTO DO ENCOSTO E O PAR DE BRAÇOS
- CADEIRA Nº 4404: TROCAR O PAR DE BRAÇOS
- CADEIRA Nº 4415: TROCAR O PISTÃO A GÁS
- CADEIRA Nº 4421: TROCAR O PAR DE BRAÇOS
- CADEIRA Nº 4423: TROCAR O PISTÃO A GÁS
- CADEIRA Nº 4424: TROCAR O PISTÃO A GÁS E O PAR DE BRAÇOS
- CADEIRA Nº 4425: TROCAR O PAR DE BRAÇOS
- CADEIRA Nº 4432: TROCAR O PISTÃO A GÁS
- CADEIRA Nº 4434: TROCAR O PAR DE BRAÇOS
- CADEIRA Nº 4439: TROCAR O PAR DE BRAÇOS

SALA DA IMPRENSA (5º ANDAR): 02 CADEIRAS



- CADEIRA Nº 4471: TROCAR O PISTÃO A GÁS
- CADEIRA Nº 4481: TROCAR O PISTÃO A GÁS

SALA DE REUNIÃO DA DIRETORIA (4º ANDAR): 05 CADEIRAS



- CADEIRA Nº 4349: TROCAR O PISTÃO A GÁS
- CADEIRA Nº 4351: TROCAR O PISTÃO A GÁS
- CADEIRA Nº 4353: TROCAR O PISTÃO A GÁS
- CADEIRA Nº 4358: TROCAR O PISTÃO A GÁS
- CADEIRA Nº 4362: TROCAR O PISTÃO A GÁS

SALA DO PRESIDENTE (4º ANDAR): 04 CADEIRAS



- CADEIRA Nº 4350: TROCAR O PISTÃO A GÁS
- CADEIRA Nº 4357: TROCAR O PISTÃO A GÁS
- CADEIRA Nº 4361: TROCAR O PISTÃO A GÁS
- CADEIRA Nº 4366: TROCAR O PISTÃO A GÁS

SALA DO VICE-PRESIDENTE (4º ANDAR): 06 CADEIRAS, SENDO 01 DIFERENCIADA (CADEIRA DO VICE-PRESIDENTE)



- CADEIRA Nº 3719: TROCAR O PISTÃO A GÁS E O REVESTIMENTO DE COURO DO PAR DE BRAÇOS



- CADEIRA Nº 4352: TROCAR O PISTÃO A GÁS
- CADEIRA Nº 4356: TROCAR O PISTÃO A GÁS
- CADEIRA Nº 4364: TROCAR O PISTÃO A GÁS
- CADEIRA Nº 4367: TROCAR O PISTÃO A GÁS
- CADEIRA Nº 4427: TROCAR O PISTÃO A GÁS

SECRETARIA DA DIRETORIA (4º ANDAR): 03 CADEIRAS, SENDO 01 DIFERENCIADA



- DUAS CADEIRAS GIRATÓRIAS (EXECUTIVAS): TROCAR OS PARES DE BRAÇOS, OS PISTÕES A GÁS E OS TECIDOS DE REVESTIMENTO DO ASSENTO E DO ENCOSTO (CADEIRAS N^{OS} 4663 E 4665)



- CADEIRA N^º 4360: TROCAR O PISTÃO A GÁS

SALA DO REGISTRO (3º ANDAR): 01 CADEIRA



- CADEIRA Nº 2895: REFORMA GERAL, COM A TROCA DO PISTÃO A GÁS, DO PAR DE BRAÇOS CORSA, DAS RODINHAS (KIT RODÍZIO) E DO TECIDO DE REVESTIMENTO DO ENCOSTO E DO ASSENTO